

O Segundo Reinado: guerra do Paraguai e crise

Resumo

Para entender como se deu a crise do Segundo Reinado precisamos atentar para as transformações ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX. Logo em 1850 tivemos a promulgação da lei Eusébio de Queirós que trouxe importantes mudanças na dinâmica socioeconômica brasileira. Somaram-se a isso a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e a promulgação de uma série de leis abolicionista que fizeram com que o governo de D. Pedro II se fragilizasse e chegasse ao fim.

A lei Eusébio de Queirós (1850) definiu o fim do tráfico de escravos no Brasil. A partir de 1850 a entrada de escravos no território brasileiro diminuiu expressivamente e foi necessário criar estratégias para continuar abastecendo com mão de obra as lavouras cafeicultoras de início houve uma tentativa do tráfico interno de regiões decadentes como o nordeste para as regiões mais proeminentes como o sudeste, no entanto essa alternativa seria muito onerosa para os fazendeiros.

A alternativa para esse cenário apareceu no oeste paulista que veio a partir do incentivo à utilização de mão de obra imigrante, principalmente italiana. Devido às péssimas condições de vida e trabalho encontradas por esses imigrantes, a imigração começou a ser subvencionada pelo governo, muitos fazendeiros ainda nos hábitos escravistas chegavam a castigar fisicamente os imigrantes.

No que se refere à política externa, podemos afirmar que a atuação brasileira na Guerra do Paraguai foi um divisor de águas, marcando o início de um processo de fragilização do Segundo Reinado e de questionamentos à política de D. Pedro II. Após a Guerra do Paraguai, os militares fortalecidos e inspirados pelas ideias positivistas pressionavam o governo pela abolição e por um governo republicano, o imperador não os dava atenção, já que desde a independência o governo tinha uma identificação com as alas mais civis, isso era uma oposição aos regimes ditatoriais republicanos dos caudilhos militares da América do Sul.



Charge: Guerra do Paraguai

A escravidão africana que durante séculos representou a base da economia brasileira também estava chegando ao fim. Diante das pressões externas, principalmente da Inglaterra, leis abolicionistas foram sendo progressivamente assinadas ao longo do século XIX. Começando pela Lei Eusébio de Queirós (1850), tivemos a lei do Ventre Livre (1871), a lei dos Sexagenários (1885) e a lei Áurea (1888). A abolição definitiva da escravidão com a lei Áurea, sem indenização aos escravistas, gerou insatisfação fazendo com que D. Pedro II perdesse apoio do mais importante grupo político, os latifundiários escravistas.

Somaram-se a isso, conflitos com a Igreja Católica por causa da prisão de dois bispos, um em Olinda e outro no Pará por demitir membros da igreja que participaram de um encontro maçônico isso estremeceu ainda mais a sustentação da coroa brasileira e não tardou para que a monarquia brasileira chegasse ao fim. Em 1889, foi proclamada a República Brasileira.

Exercícios

1. Substituiu-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.

CHIAVENATTO, J. J. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979 (adaptado).

O imperialismo inglês, “destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre”. Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo essa teoria tem alguma repercussão.

DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002 (adaptado).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

- a) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa Guerra.
 - b) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa Guerra.
 - c) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.
 - d) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa Guerra.
 - e) o nível de crueldade das ações do exército brasileiro e argentino durante o conflito.
2. Guerra do Paraguai, modernização e politização do exército e queda da Monarquia são fatos diretamente relacionados, já que:
- a) o exército identificava-se com o elitismo do governo imperial, enquanto a marinha compunha-se basicamente de classes populares e médias, contrárias à monarquia.
 - b) vitorioso na guerra, o exército adquiriu consciência política, transformando-se num instrumento de defesa da abolição e do republicanismo.
 - c) a derrota na guerra e o endividamento do país fortaleceram a oposição militar ao regime imperial.
 - d) embora sem vínculos com ideias positivistas, o exército aproximou-se dos republicanos radicais.
 - e) para combater os interesses das camadas médias que apoiavam o governo monárquico, o exército desfechou o golpe de 15 de novembro.

3. A Guerra do Paraguai (1864 - 1870) teve como principal motivo:
- a) o interesse brasileiro no potencial hídrico do Paraguai, resultando na construção da hidrelétrica de Itaipu.
 - b) o interesse da Inglaterra na destruição do Paraguai, devido à possibilidade de concorrência na região andina.
 - c) a invasão das terras brasileiras pelo Paraguai e o aprisionamento do navio Marques de Olinda no porto de Assunção.
 - d) o interesse paraguaio nas terras brasileiras e bolivianas para formar o Grande Paraguai, obtendo uma saída para o Oceano Pacífico.
 - e) o interesse da Tríplice Aliança em restaurar a democracia e garantir aos grandes proprietários e ao povo paraguaio a devolução das terras tomadas na Guerra do Charco pelo ditador Francisco Solano López.

4. Leia o texto a seguir sobre a Guerra do Paraguai.

Enquanto o café seguia sua marcha no Oeste Paulista e as propostas de abolição gradual da escravidão davam os primeiros passos, um acontecimento internacional iria marcar profundamente a história do segundo Império. Esse acontecimento foi a Guerra do Paraguai, travada por mais de cinco anos, entre 11 de novembro de 1864, quando ocorreu o primeiro ato das hostilidades, e 1 de março de 1870. Ela é conhecida, na América espanhola, como Guerra da Tríplice Aliança.

BORIS, F. "História do Brasil". São Paulo: Edusp, 1995. p. 208.

A declaração de guerra do Paraguai ao Brasil deu início ao mais longo conflito em território americano. Pode-se afirmar que a Guerra do Paraguai:

- a) resultou do acirramento da competição na região do Prata, especialmente pelo controle da produção de charque.
- b) foi incentivada pelo apoio da Inglaterra ao Paraguai, na tentativa de fortalecimento do controle econômico sobre a região da Prata.
- c) teve como consequência a demonstração de poder político da Inglaterra, especialmente após a Questão Christie.
- d) levou à formação da Tríplice Aliança, unindo Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai de Francisco Solano López.
- e) ocasionou uma nova composição de forças, envolvendo Brasil, Argentina e Bolívia, após o aprisionamento do navio brasileiro "Marquês de Olinda", pelo Uruguai.

5. Quintino Bocaiúva, pouco antes da proclamação da República, disse: "Sem a força armada ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura... mas principalmente uma derrota de rua antecipada." A propósito da participação dos militares na Proclamação da República, pode-se afirmar que:
- a) o Republicanismo era um movimento uniforme, articulado em torno de proposições como a de uma aliança sólida e permanente com os militares.
 - b) Silva Jardim e Benjamim Constant eram partidários de uma revolução popular, apoiada pelos militares, visando universalizar a cidadania.
 - c) a pluralidade de propostas políticas e sociais existente se traduzia em divergências variadas, como o papel dos militares na eclosão do movimento.
 - d) revela o desinteresse de todas as lideranças do exército com relação à questão da cidadania, da adesão popular e da participação democrática.
 - e) o Republicanismo brasileiro foi inspirado pelos EUA, onde os militares desempenharam um papel preponderante na criação do Regime Republicano.

6. Sobre a participação dos militares na Proclamação da República é correto a que:
- a) o Partido Republicano foi influenciado pelos imigrantes anarquistas a desenvolver a consciência política no seio do exército.
 - b) a proibição de debates políticos e militares pela imprensa, a influência das idéias de Augusto Comte e o descaso do Imperador para com o exército favoreceram a derrubada do Império.
 - c) o descaso de membros do Partido Republicano, como Sena Madureira e Cunha Matos, em relação ao exército, expresso através da imprensa, levou os "casacas" a proclamar a República.
 - d) o Gabinete do Visconde de Ouro Preto formalizou uma aliança pró-republicana com os militares positivistas no Baile da Ilha Fiscal.
 - e) a aliança dos militares com a Igreja acirrou as divergências entre militares e republicanos, culminando na Questão Militar.

7. O texto abaixo foi extraído de uma crônica de Machado de Assis e refere-se ao trabalho de um escravo. "Um dia começou a guerra do Paraguai e durou cinco anos, João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre dos escravos, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a república. João repicou por ela, repicara pelo Império, se o Império retornasse."

MACHADO, Assis de. Crônica sobre a morte do escravo João, 1897.

A leitura do texto permite afirmar que o sineiro João:

- a) por ser escravo tocava os sinos, às escondidas, quando ocorriam fatos ligados à Abolição
- b) não poderia tocar os sinos pelo retorno do Império, visto que era escravo.
- c) tocou os sinos pela República, proclamada pelos abolicionistas que vieram libertá-lo.
- d) tocava os sinos quando ocorriam fatos marcantes porque era costume fazê-lo.
- e) tocou os sinos pelo retorno do Império, comemorando a volta da Princesa Isabel.

8. "A Princesa Imperial Regente, em nome de sua Majestade o Imperador, o Senhor Dom Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e Ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º . - É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil."

COLEÇÃO DE LEIS - DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Com relação à lei anterior, é correto afirmar que:

- a) atendeu aos interesses dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba e senhores de engenho do Nordeste.
 - b) a Lei Áurea solapou o poder econômico e político de setores da elite agrária que se vinculavam ao Império.
 - c) o mercado de trabalho absorveu esta mão-de-obra nas indústrias em expansão, carentes de trabalhadores.
 - d) se desvinculou das Leis do Ventre Livre e do Sexagenário, atrelando-se aos interesses da oligarquia monocultora.
 - e) aproximou da Monarquia importantes líderes como Benjamin Constant, José Bonifácio e Aristides da Silveira Lobo.
9. Sobre o contexto histórico responsável pela proclamação da República NÃO se inclui:
- a) a insatisfação dos setores escravocratas com o governo monárquico após a Lei Áurea.
 - b) a ascensão do exército após a Guerra do Paraguai, passando a exigir um papel na vida política do país.
 - c) a perda de prestígio do governo imperial junto ao clero, após a questão religiosa.
 - d) a oposição de grupos médios urbanos e fazendeiros do oeste paulista, defensores de maior autonomia administrativa.
 - e) o alto grau de consciência e participação das massas urbanas em todo o processo da proclamação da República.
10. A questão religiosa iniciada em 1872, considerada um dos fatores da proclamação da República, opôs os bispos de Olinda e do Pará à monarquia de Pedro II. Confrontando à determinação do Estado brasileiro, o bispo Dom Vital manteve-se intransigente, afirmando que o governo imperial, em lugar de "conformar-se com o juízo do Vigário de Jesus Cristo, como cumpria ao governo de um país católico, pretende que, rejeitando este juízo irrefragável, eu reconheça o dele, nesta questão religiosa, e o considere acima do juízo infalível do Romano Pontífice..."

Citado por Brasil Gerson, "O regalismo brasileiro". RJ: Cátedra, 1978, p. 196.

Esta posição do bispo de Olinda, D. Vital Maria de Oliveira, exprime

- a) a concepção de que o poder temporal emana de Deus e de que deve ser absoluto.
- b) o dogma da infalibilidade do papa e o esforço de romanização do clero brasileiro.
- c) a proibição papal de participação dos católicos nas questões políticas e sociais.
- d) a noção de que o poder da Igreja é político e de que o papa deve ser obedecido.
- e) o dogma segundo o qual a salvação depende dos decretos infalíveis do papa.

Gabarito

1. **D**
As correntes de explicações sobre a Guerra do Paraguai divergente quanto alguns aspectos do conflito como, por exemplo, as motivações da participação inglesa
2. **B**
Este pretígio ampliou a pressão das forças armadas ao então imperador, D. Pedro II.
3. **C**
O conflito foi deflagrado pela invasão às terras brasileiras, além do aprisionamento do navio Marquês de Olinda junto ao presidente da província do Mato Grosso.
4. **D**
A tríplice aliança derrou o Paraguai, que mergulhou em uma grave crise econômica.
5. **C**
Apesar da diversidade de ideais republicanos, os militares, como sabemos, tiveram protagonismo no processo de proclamação da independência.
6. **B**
Estes fatos, somado ao pretígio adquirido na Guerra do Paraguai, permitiram que os militares fossem protagonistas na Proclamação.
7. **D**
Segundo o enunciado, embora ocorressem mudanças políticas ou sociais, João, o sineiro, desempenhava sempre a mesma tarefa de tocar o sino. Machado de Assis quis mostrar que a função daquele sujeito não iria se modificar ou acompanhar as transformações da época.
8. **B**
Essa elite agrária servia de sustentação política para o Império.
9. **E**
Houve baixíssima participação popular no movimento de Proclamação da República.
10. **B**
Estes fatos ilustram a crise política entre a igreja e o governo imperial.